

Notas e comentários

Homogeneização metodológica dos indicadores econômicos retrospectivos

Ralph Miguel Zerkowski*

1. Considerações básicas; 2. Homogeneização metodológica dos indicadores.

1. Considerações básicas

1.1 *Do dado primário à elaboração de indicadores*

Entende-se por indicador econômico informações que dêem noção da tendência evolutiva da ação econômica, dos quais não se exige grau de precisão como o que devem apresentar as estatísticas elaboradas dos agregados econômicos que compõem um sistema de contas nacionais.

São utilizadas freqüentemente variáveis auxiliares que se relacionam com a variável principal, nem sempre as mais explicativas, para expressar os informes econômicos. Devido a essas circunstâncias é que se torna mais fácil expressar os eventos econômicos por meio dos indicadores, do que estimar esses valores em termos de agregados econômicos, por exemplo.

O objetivo deste documento, nesta parte, é o de colocar alguns dos principais elementos de normalização dos indicadores econômicos regionais.

* Economista do IBRE.

Esta normalização contempla três aspectos, a saber: a) método de levantamento; b) padronização do resultado; c) padronização na apresentação.

1.1.1 Método de levantamento

Por diversas razões os métodos de levantamento e apuração dos dados, tanto dos dados derivados da estatística corrente quanto daqueles oriundos de registros administrativos, apresentam alto grau de diferenciação (veja itens 2.2 e 2.3).

É evidente que, quando nos referimos a uma padronização, não pretendemos que os métodos de levantamento devam ser absolutamente iguais, mesmo porque isto seria impossível, até mesmo conceitualmente. Explicitando melhor, existem determinados registros administrativos que, por sua própria natureza, não podem ser comparáveis aos da estatística corrente, por exemplo, o conceito de unidade econômica para o cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o imóvel rural, enquanto para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o estabelecimento. Do ponto de vista de mensuração econômica, o segundo critério é mais aconselhável, o que todavia não obstaculiza em definitivo a sua utilização.

Por outro lado, o item de capital aplicado poderia ser perfeitamente padronizado, entretanto, não é.

1.1.2 Padronização dos resultados

Freqüentemente encontram-se os usuários diante de tabulações total ou parcialmente diferenciadas, sobre fenômenos análogos.

Isto vem dificultando o uso das estatísticas e, principalmente, a passagem do dado primário, não-elaborado, para o dado elaborado, ou seja, o indicador.

Em boa parte dos casos, isto decorre da própria natureza do levantamento, em outros, do interesse do órgão produtor, nem sempre ajustado aos reclamos dos usuários.

Envolve este item, também, a padronização da nomenclatura.

1.1.3 Padronização na apresentação

Decorre igualmente da etapa anterior. Embora a curto prazo seja dispensável, pode imaginar-se que, a médio e longo prazos, tabulações padronizadas sobre fenômenos análogos agilizariam o sistema de informações, bem como o seu uso. Por exemplo, o estabelecimento de codificações de tabulações para fenômenos idênticos, bem como apresentação análoga. Isto evitaria, inclusive, o uso indevido de indicadores, aparentemente iguais, mas de natureza diferenciada.

1.2 *Uma tipologia de indicadores de curto prazo*¹

Basicamente, os indicadores de comportamento poderiam ser subdivididos em quatro tipos: a) do setor produtivo; b) do setor público; c) das unidades familiares; d) do setor externo.

a) Por indicadores de comportamento do setor produtivo entende-se todos os dados relativos à atuação empresarial; genericamente as unidades econômicas de produção, empresas, estabelecimentos e autônomos. Abrangem igualmente os três ramos de atividade econômica – primário, secundário e terciário.

Como característica específica deste setor, interessa conhecer os níveis de produção, produtividade, preços, salários, emprego etc. As demais variáveis atinentes a este setor são de caráter mais estrutural, investimento, por exemplo.

b) Os indicadores da atuação governamental no plano conjuntural circunscrevem-se, em princípio, à ação orçamentária e à de arrecadação em particular. Estão excluídas deste tipo de enfoque as entidades de qualquer natureza jurídico-institucional, que porventura exerçam ou tenham características de fornecimento de bens e serviços produtivos, os quais obviamente situam-se no chamado setor produtivo da economia.

c) As unidades familiares são afetadas em seu comportamento por alguns fatores econômicos sociais de curto prazo. É a unidade de avaliação mais difícil, já que a maior parte de seu posicionamento é estrutural. Rigorosamente o indicador específico de maior interesse em termos conjunturais são os preços ao consumidor, isto é, o custo de vida. A partir daí pode-se eventualmente, com base em pesquisas de caráter estrutural (rendimentos dos indivíduos e da família), realizar estudos do impacto a curto prazo das variações de preços relativos ao consumidor sobre a evolução do seu poder aquisitivo, modificações no perfil do orçamento doméstico etc.

d) No que diz respeito aos indicadores de comportamento do setor externo, a nível de País é expresso pelas transações internacionais, ao passo que a nível regional abrange o comércio por vias internas, representados pela importação e exportação de mercadorias. Ao contrário do que ocorre com as transações internacionais inexistem registros específicos sobre as transações interestaduais de serviços sendo possível apenas indiretamente estabelecer uns poucos indicadores.

1.3 *A passagem do nível nacional para o regional*

O problema da passagem dos indicadores do nível nacional para o regional envolve determinados problemas conceituais, mas sobretudo inconsistência na informação e em alguns casos (poucos) possibilidades de informações específicas.

¹ Quanto ao plano tabular básico, verificar subitem 2.5 deste trabalho.

De uma maneira geral, os usuários dos dados primários e dos próprios indicadores consideram que o problema se resume na passagem dos dados nacionais, desdobrando-se segundo regiões, estados e municípios. O problema, tanto do lado teórico (o que é atestado pela existência da ciência regional) como do lado prático, apresenta-se um pouco mais complexo do que possa inicialmente parecer.

Os conceitos e instrumentos utilizados a nível nacional têm sido transplantados para o nível regional. Nem sempre, todavia, pode-se assegurar que isto represente a realidade.

Os problemas conceituais desdobram-se em dois planos:

- a) modificação de conceito quando se passa do nível nacional para o regional;
- b) inexistência de variáveis a nível regional e que são relevantes a nível nacional.

No primeiro caso, temos por exemplo, o conceito de setor externo ou resto do mundo. A nível nacional, traduz-se este conceito pelas relações internacionais, ao passo que a nível regional ele abrange este tópico e mais as transações com outras regiões. Um outro item que poderia ser levantado é o que se situa no plano dos agregados econômicos, mais especificamente o conceito de produto ou renda e dispêndio. É difícil imaginar-se que faça algum sentido adaptar-se estes conceitos a nível de município, por exemplo, quando o produto ou a renda são gerados em um município e, no entanto, são absorvidos em algum outro.

No segundo caso, poder-se-ia mencionar por exemplo um indicador de curto prazo como a expansão de meios de pagamento, o qual não faria nenhum sentido quando expresso em termos regionais.

A partir daí, o problema que se coloca com maior evidência é o da consistência destes dados e o de sua significação a nível regional.

A estratificação dos dados a nível regional tem-se apresentado com um grau de inconsistência nada desprezível. Esta inconsistência é tanto mais alta, quanto maior o nível de subdesenvolvimento das regiões, para as quais, paradoxalmente, mais necessário se torna obter cifras mais adequadas.

Esta inconsistência tem sua origem no mau preenchimento de formulários (de estatísticas correntes ou registros administrativos) como também no fato de que, a nível nacional ou em regiões mais desenvolvidas, as grandes cifras *disfarçam* as possíveis distorções.

Como este é um problema insolúvel a curto prazo, quer nos parecer que duas óticas devem ser adotadas:

- a) limitação na estratificação regional, evitando-se, por exemplo, trabalhar a nível de município, ou até de grupo de municípios, dependendo do caso;
- b) limitar, outrossim, o espectro dos indicadores a nível regional; fundamentalmente, admitir que o elenco dos indicadores nacionais seja necessariamente mais amplo do que aquele a nível regional.

Com base nestas duas premissas, o presente documento de trabalho será desenvolvido daqui por diante.

2. Homogeneização metodológica dos indicadores

2.1 Os indicadores derivados dos censos econômicos e demográficos

O papel dos censos dentro do quadro geral de um painel de indicadores, seja a nível nacional ou a nível regional, deve ser considerado como instrumento de quantificação indireto.

De fato, como um todo, quer pela característica de alguma das informações levantadas, quer pela periodicidade censitária, referem-se sobretudo a elementos de informação de natureza estrutural.

Todavia, não podem ser desprezados como ponto de apoio e elemento de referência, na medida em que aduzem qualidade à informação de curto prazo, dado o seu caráter de universalidade, em contraposição às informações coletadas a curto prazo, de um modo geral levantados como parte de um todo.

Em outras palavras, seria inconcebível não ponderar-se o produto real físico, quando não referido ao censo econômico. Certos indicadores do comportamento das unidades familiares terão de ser compatibilizados, necessariamente, com o censo demográfico.

Nesta ordem de idéias, as características fundamentais dos censos podem ser configuradas do seguinte modo:

- a) pelo seu caráter de universalidade;
- b) pelo grau de detalhe que apresenta geralmente inexistente nas estatísticas correntes e mesmo nos registros administrativos;
- c) pela sua referência ao agente econômico produtivo da economia (censo econômico) e às unidades familiares (censo demográfico).

Outro aspecto a ser considerado é o de que a informação do censo econômico é colhida na unidade econômica, empresa e estabelecimento, enquanto que o censo demográfico é levantado no domicílio. Isto implica que fenômenos análogos, por exemplo, população economicamente ativa, devem ser consideradas com cautela quando, extraídos de um e de outro censo.

2.2 Os indicadores derivados das estatísticas correntes

Constituem eles, sem dúvida alguma, os elementos mais significativos para a elaboração dos indicadores de curto prazo. Caracterizam-se: a) pela sua continuidade;

b) por alguma homogeneidade de método; c) pela não-universalidade; d) pela disponibilidade a curto prazo.

A primeira característica adquire uma certa relevância na medida em que permite elaboração de séries longas, possibilitando conseqüentemente, eventuais incursões na área prospectiva.

Quanto à segunda característica, embora os métodos de levantamento não sejam totalmente harmônicos (particularmente no caso da agricultura), apresentam em princípio, para os demais setores (principalmente o da indústria), possibilidades de se proceder a alguns arranjos capazes de homogeneizar os levantamentos, de modo a assegurar um grau mínimo de comparabilidade. Este fato vem-se tornando supinamente importante num País onde nem sempre a continuidade das estatísticas foi assegurada, afora as mudanças metodológicas de certo vulto que se procedem como foi o caso já aludido da agricultura.

No tocante ao fator de não-universalidade, ele se reveste de algumas características cujas duas formas de abordagem são a amostra e o corte.

No primeiro caso o espectro das observações costuma ser menor, mas dentro da própria técnica de amostragem, admite-se que ele seja perfeitamente representativo do universo.

O caso do corte, que implica geralmente um número mais amplo de observações, é tirado a partir de um elenco significativo de informações, em que se procura alcançar um percentual tão alto quanto possível do universo. Embora não chegue a ser tão rebuscado tecnicamente quanto a amostra, dependendo do nível do percentual, passa a ser dotado igualmente de um certo grau de credibilidade.

Como o objetivo último é o de gerar indicadores, apresentados sob forma de números relativos, tanto a amostragem quanto o corte têm sido utilizados e seus resultados geralmente aceitos. Implicitamente, admite-se que as informações fora do corte ou da amostra ou não são suficientemente significativas (primeiro caso) ou têm evolução relativa similar a das informações efetivamente colhidas (segundo caso).

É evidente que ambas são questionáveis, na medida em que se baseiam em informações universais colhidas com uma certa defasagem no tempo (censos).

Em regiões de rápida transformação econômica, corre-se o risco de estar gerando indicadores cuja matéria-prima esteja baseada em informações cujo corte ou amostra não sejam mais representativos do universo. Em certas regiões ou estados isto pode ter ocorrido (Bahia e Amazonas, por exemplo). Nestes casos introduz-se um viés para cima ou para baixo, conforme o caso, e que só poderá ser corrigido quando se refizer o painel básico.

Outro ponto a ser lembrado é o de que os registros das empresas maiores são melhores, ao passo que o das demais unidades econômicas costumam ser menos adequados. Isto sugere, evidentemente, que o corte expresso em percentagem, seja

por vezes mais alto do que ele realmente é, ou ainda que a representatividade não seja tão elevada quanto a princípio possa parecer.²

Pode-se imaginar, eventualmente, uma fórmula intermediária de um painel móvel, mas cremos ser ainda cedo para falar-se de um tal procedimento.

Finalmente, tanto o corte quanto a amostra apresentam alguns problemas para efeito de construção de indicadores regionais. De fato, devido à concentração da atividade econômica no espaço, tem ocorrido com frequência, que as amostras ou cortes têm sua origem calcadas em um painel nacional sendo a regionalização uma espécie de um subproduto.

Conseqüentemente, isto tem agravado a representatividade dos indicadores regionais, particularmente nas áreas menos desenvolvidas.

A construção de painéis regionais como alternativa — uma solução talvez — deverá certamente levar em conta os procedimentos nacionais a fim de evitar-se o problema de uma não-padronização.

Finalmente, quanto à disponibilidade a curto prazo, ela dispensa maiores explicações, em se tratando de indicadores conjunturais.

2.3 Os indicadores derivados dos registros administrativos

Apesar de ter-se tornado quase um lugar-comum a necessidade do uso suplementar (alguns até consideram como substitutivos) de indicadores derivados dos registros administrativos, o progresso neste sentido foi particularmente modesto.

O empecilho maior tem sido de caráter institucional. Pode-se presumir que existe uma razoável fonte de informações potencial não utilizada. É difícil conceber-se, por exemplo, que não se utilize em toda a sua capacidade os dados relativos ao ICM, fonte certamente importante de informação a nível estadual.

De modo geral, a cobertura do registro administrativo é universal e sua periodicidade, em princípio, pode ser anual e até mensal. Do mesmo modo, a regionalização (quando não se tratar de registros administrativos regionais por excelência) é possível, implicando, em alguns casos, o aparecimento de algumas distorções (caso do imposto de renda e do Programa de Integração Social — PIS).

Nestas condições o registro administrativo alcança três objetivos:

a) fornecimento de certas informações habitualmente não cobertas, ou insuficientemente detalhadas, em anos censitários;

² Um exemplo disto é que os dados preliminares elaborados pelo CIEF-Ministério da Fazenda para 1975, com base nas declarações do imposto de renda da pessoa jurídica, nos dão conta de que cerca de 60% das empresas industriais e comerciais eram sociedades anônimas e empresas governamentais (tomando como parâmetro a receita bruta). Por outro lado, esses dados cotejados com os das 500 maiores empresas publicado em *Conjuntura Econômica* indicavam que estas representavam apenas 1/3 do universo das empresas levantadas pela via do imposto de renda.

- b) complementação de informações em anos não-censitários;
- c) complementação, igualmente, de informações para efeito de estimativas regionais.

É claro que o usuário destas informações deve se resguardar no tocante às possibilidades reais destes registros. Eles foram, são e serão elementos suplementares, na medida em que a informação estatística é no registro administrativo um fato subsidiário e não essencial. Enquanto a estatística elaborada pelo órgão central de estatística é uma finalidade em si mesma, a informação do registro administrativo é um subproduto, o que de certo modo é um fator limitativo.

Por outro lado, nem sempre o interesse do produtor da informação é conciliável com o do usuário. O produtor interessa-se, em geral, pelos elementos informativos de interesse imediato, por exemplo, nas informações fiscais, se o cálculo do imposto foi corretamente lançado. Informações subsidiárias, que em alguns casos poderiam até mesmo ajudar a avaliação correta do desempenho tributário, são, de maneira geral, relegadas a um segundo plano. Justamente algumas destas informações subsidiárias correspondem, às vezes, a elementos essenciais para o usuário, como é o caso das contas nacionais e agregados econômicos regionais. Assim sendo, ocorrem duas coisas:

- a) uma imensa defasagem entre as possibilidades potenciais de informação e aquela que é efetivamente apurada e/ou divulgada;
- b) quando apurado integralmente o questionário, observa-se queda na qualidade e consistência da informação.

A experiência acumulada no Centro de Contas Nacionais com o material do imposto de renda da pessoa jurídica, bem como, com as informações da área social (PIS, Pasep, FGTS, Inamps etc.), vem evidenciando alguns dos fatos enumerados.

2.4 A combinação dos indicadores derivados das diversas fontes de informações: bases para a sua padronização

A essência da combinação e homogeneização das diversas fontes de informação deve ter os seguintes objetivos:

- a) redução dos custos da informação;
- b) maior amplitude da informação;
- c) maior rapidez;
- d) melhor qualidade de informação.

Nesta ordem de idéias, de que maneira podem ser coordenadas as diferentes fontes de informação já enumeradas de modo a atingir uma padronização e conseqüente encadeamento?

O problema parece se situar em dois planos:

- a) na articulação das estatísticas censitárias com as estatísticas correntes, ambas geradas pelo sistema central de estatística;
- b) na articulação destas com os registros administrativos.

No primeiro caso a possibilidade é bastante próxima, na medida em que, em alguns setores, ela já existe, como nas indústrias de transformação e extrativa. Em outros casos, haveria que se estabelecer métodos mais refinados: agricultura, por exemplo.

No segundo caso, o problema torna-se mais complexo. Esta complexidade decorre da concepção até, obviamente, o produto final gerado.

Enumeraremos algumas das dificuldades:

- a) conceito básico da unidade econômica a ser levantada; conflitos de noção de estabelecimento, empresa, imóvel rural, unidade homogênea de produção etc.;
- b) divergências cadastrais;
- c) não-padronização de dados da mesma natureza;
- d) plano de contas diversificado sobre fenômenos da mesma natureza.

É evidente que esta coordenação e padronização demandará algum tempo.

Deste modo apresentaremos, em forma esquemática, a seguir, um conjunto básico de indicadores, enumerados segundo as possibilidades de padronização, em três graus.

2.5 Algumas sugestões de informações básicas por região e ramos de atividade econômica

2.5.1 Agricultura

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	CBEA*	Incra**	Produção física; preços médios pagos à produção e por atacado.
	CEA*	CFP**	
	IEASP*	IBC*	
	BORD*	IAA*	
	CEE*	Irga*	
		IRGC*	
		Ceplac*	
		Céd. "G"-IR***	
		ICM**	
		CIEF**	
		BORD**	
		IBDF*	

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	CE* BORD* IEASP*	CFP** IBC* IAA* Céd. "G"-IR*** ICM**	Consumo intermediário
CE*	CEA*	Incra** IBC*	
CD*	PNAD*	IAA* Céd. "G"-IR*** Derur** ICM*** DCS** BORD**	Capital aplicado e investimento (inclusive unidades residenciais)
CE*	CEA* CEE*	Céd. "G"-IR***	
CD*	PNAD*		Empregos e rendimentos das unidades familiares (exceto habitação)
CD*	PNAD*	Incra**	Condições da mão-de-obra

2.5.2 Indústria

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	Deicom*	IBS* CNP*	Produção física e valor; preços médios e preços por atacado.
IE*	DNPM* IME* CEE* CEI*	Sudhevea* ICM*** IPI*** DNAE* Eletrobrás* ACP* CIEF** BORD** CIP**	
CE*	Deicom*	Eletrobrás*	
IE*		ICM*** IPI***	
—		IBS Eletrobrás CNP CIEF	
			Consumo intermediário.
			Consumo aparente de insumos.

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	Deicom*	ICM*** DCS** BORD** CDI* BNDE*	Capital aplicado e investimento (inclusive construções para uso comercial e industrial).

2.5.3 Comércio

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	CVI**	ICM** DCS** CIP**	Valor dos bens comercializados e preços finais.
CD*	PNAD*	RAIS**	Emprego e rendimento das unidades familiares.
CE*		INPS*** DNMO*** Cacex* CIEF*	
CE*	—	ICM**	
CE*	—	ICM** DCS**	Capital aplicado e investimento (inclusive construções para uso em atividades econômicas).

2.5.4 Serviços comerciais

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	CAMP**	ISS*** ICM*** BORD*** Embratur**	Valor das receitas.
CD*	PNAD*	RAIS** INPS*** DNMO*** Embratur**	Emprego e rendimento das unidades familiares.

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	—	—	} Consumo intermediário.
CE*	—	BORD** DCS**	
CE*	Deicom*	RAIS**	} Empregos e rendimentos das unidades familiares.
CD*	PNAD*	INPS***	
IE*	IME*	DNMO***	

2.5.5 Intermediários financeiros

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
IE*	CAMP**	CIEF* DCS**	} Receitas e evolução em geral do setor.
CD*	PNAD***	RAIS** INPS*** DNMO***	

2.5.6 Transportes e comunicações

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
IE*	CAMP**	CNP* TRU*** Telebrás** Sunamam** ECT**	} Indicador geral de atividade
IE*	CAMP**	Telebrás** RFFSA** DCS**	
CD*	PNAD*	ECT** Telebrás**	} Emprego e rendimentos das unidades familiares.
IE*	CAMP**	RFFSA**	

2.5.7 Serviços comunitários

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CD*	CAMP**	INPS** CDInf.** Inamps**	Evolução geral deste tipo de atividade.

2.5.8 Habitação

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CD*	PNAD*	BNH**	Evolução geral do setor e investimento em habitação das unidades familiares.
CP*			

2.5.9 Setor externo

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CE*	CVI**	ICM**	Nível geral de atividade.
		CIEF***	
			Capital aplicado Investimentos e poupança

2.5.10 Outros itens das unidades familiares

Fontes primárias			Indicador
Censitária	Estatística corrente	Registro administrativo	
CD*	PNAD** Endef** CEE**	IRPF***	Aquisição de ativos e nível de vida das unidades familiares (exceto habitação).
	CEE* OEECV* Diesc*	CIP** Sunab**	
			Preços ao consumidor final

* Já existe praticamente completa articulação e padronização.

** Articulação e padronização possíveis mediante algumas alterações.

*** Possibilidades remotas de articulação e padronização.

2.5.11 Convenções

Nome do levantamento e/ou da entidade		Periodicidade
CE	– Censos econômicos/FIBGE <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura • Indústria de transformação e extrativa • Comércio • Serviços • Produtos industriais 	Quinquenal
CD	– Censo demográfico/FIBGE	Decenal
CBEA	– Centro Brasileiro de Estatística Agropecuária	Mensal e anual
CEA	– Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV (preços a nível do produtor)	Mensal e anual
IEASP	– Instituto de Economia Agrícola de São Paulo	Anual
BORD	– Bancos, Organismos Regionais e de Desenvolvimento	Anual
IBDF	– Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	Anual
CEE	– Centro de Estatística Econômica/IBRE/FGV (preços por atacado)	Mensal e anual
Incra	– Inst. Nac. de Colonização e Reforma Agrária (estatísticas cadastrais)	Indeterminado
CFP	– Comissão de Financiamento da Produção	Anual
IBC	– Instituto Brasileiro do Café	Anual
IAA	– Instituto do Açúcar e do Alcool	Anual
Irga	– Instituto Rio-Grandense do Arroz	Anual
IRGC	– Instituto Rio-Grandense de Carnes	Anual
Ceplac	– Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira	Anual
Céd. "G"-IR	– Cédula G do imposto de renda da pessoa física	Anual
ICM	– Imposto de circulação de mercadorias	Mensal e anual
CIEF	– Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda <ul style="list-style-type: none"> • <i>Anuário Econômico Fiscal</i> e outras publicações 	Mensal e anual
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios/FIBGE	Anual
Derur	– Departamento de Crédito Rural/Banco Central	Anual
DCS	– Divisão de Contabilidade Social/IBRE/FGV (balanços consolidados das empresas e emissão de capital das S.A.)	Anual
IE	– Inquéritos especiais da FIBGE <ul style="list-style-type: none"> • Energia elétrica • Construção civil • Transportes e comunicações • Instituições financeiras 	Quinquenal
Deicom	– Departamento de Estatística Industrial, Comercial e de Serviços/FIBGE <ul style="list-style-type: none"> • Indústria de transformação e extrativa – produto industrial 	Mensal e anual
DNPM	– Departamento Nacional da Produção Mineral	Anual
IME	– Inquérito Mensal de Edificações/FIBGE	Mensal
CEI	– Centro de Estudos Industriais/IBRE/FGV (sondagem conjuntural)	Trimestral

Nome do levantamento e/ou da entidade		Periodicidade
IBS	– Instituto Brasileiro de Siderurgia	Mensal
CNP	– Conselho Nacional de Petróleo	Anual
Sudhevea	– Superintendência da Borracha	Anual
IPI	– Imposto sobre produtos industrializados/CIEF	Mensal e anual
BNH	– Banco Nacional da Habitação	Trimestral e anual
DNAE	– Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica	Anual
Eletrobrás	– Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Mensal e anual
CDI	– Conselho de Desenvolvimento Industrial/MIC	Mensal e anual
ACP	– Associações de Classe Patronais	Mensal e anual
BNDE	– Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e subsidiárias	Anual
CIP	– Conselho Interministerial de Preços	Mensal e anual
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais (FGTS, PIS e Pasep)	Anual
INPS	– Instituto Nacional da Previdência Social	Mensal e anual
DNMO	– Departamento Nacional de Mão-de-Obra (Lei dos dois terços)	Anual
Cacex	– Carteira de Comércio Exterior/Banco do Brasil	Mensal e anual
CVI	– Comércio por Vias Internas/FIBGE	Irregular
ISS	– Imposto sobre serviços	Passando p/anual
Embratur	– Empresa Brasileira de Turismo	Mensal e anual
CAMP	– Campanhas da FIBGE (hotéis, transportes, comunicações, educação, saúde etc.)	Bianual
TRU	– Taxa Rodoviária Única/DNER	Anual
Telebrás	– Telecomunicações Brasileiras S.A.	Anual
Sunamam	– Superintendência Nacional da Marinha Mercante	Mensal e anual
ECT	– Empresa de Correios e Telégrafos	Anual
RFFSA	– Rede Ferroviária Federal S.A.	Mensal e anual
CDInf	– Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho	Anual
Inamps	– Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social	Anual
CP	– Censo predial da FIBGE	Decenal
ENDEF	– Estudo Nacional da Despesa Familiar/FIBGE	Indeterminado
OEECV	– Organismos Estaduais de Estudos do Custo de Vida	Mensal e anual
Sunab	– Superintendência Nacional do Abastecimento	Mensal e anual
IRPF	– Imposto de renda da pessoa física/CIEF/ <i>Anuário econômico fiscal</i>	Anual
Diese	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos	Mensal e anual